convibra
www.convibra.org

EDUCAÇÃO PERMANENTE E EDUCAÇÃO CONTINUADA, CAMINHOS PARA A ATUALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM

Bruna de Oliveira Tavares[1]
Cristhiane Nonato de Jesus[2]
Érica Eloiza Lúcio Cidral[3]
Gislaine Lipke Pereira[4]
Maria Antonia Fernandes Nabarro de Oliveira Benati[5]

RESUMO
O objetivo desse estudo é analisar como ocorrem as ações de educação continuada e suas novas práticas em saúde, no ano de 2020 na equipe de enfermagem em Rolim de Moura. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura que aborda os temas nas conceituadas plataformas de artigos científicos como Google Acadêmico e Scielo, publicados entre 2006 a 2018. Os resultados foram discutidos à luz das teorias abordadas. Apurou-se com o presente estudo que a enfermagem vem evoluindo ao longo dos anos, do empirismo à ciência. Contudo o profissional precisa estar se atualizando sempre, pois no campo da saúde sempre há novas descobertas que necessitam de profissionais preparados para atender novas demandas. O profissional enfermeiro tem o direito e dever de estar sempre atualizado.

Palavras Chaves: Enfermagem. Capacitação. Educação permanente. Educação continuada.

1.INTRODUÇÃO

A Educação Continuada (EC) é uma política pública utilizada como uma ferramenta para propiciar o aperfeiçoamento técnico dos profissionais, sendo um dever da equipe de enfermagem utilizá-la para o aprimoramento na execução das suas atividades, promovendo atualizações em suas equipes de forma que a comunidade seja beneficiada com técnicas de saúde inovadoras, de forma que o atendimento seja eficaz, visando a diminuição de custos e o aumento da qualidade (BEZERRA et al, 2012).

A enfermagem em todas as suas fases, apresenta dificuldades em sua atuação, por precariedades no sistema de saúde e contínuas transformações, dessa forma levando o profissional enfermeiro a buscar ampliar seus conhecimentos para que os mesmos possam construir sua realidade, articulando teoria e prática (SILVA, 2009).

O objetivo norteador deste trabalho é analisar como ocorrem as ações de EC e suas novas práticas em saúde, apresentando se a equipe de enfermagem tem recebido essa capacitação de seus gestores e se o profissional tem buscado por próprio interesse, já que existem meios para o mesmo. Diante do exposto, a pergunta norteadora deste trabalho de pesquisa é: Os profissionais da enfermagem têm acesso a capacitações continuadas que os habilitem a exercer as novas práticas de saúde?

Sendo assim, por conta das frequentes mudanças nas técnicas e conhecimentos da área, principalmente no campo da saúde é indiscutível a necessidade dos profissionais de enfermagem se manterem ativos na educação permanente, buscando aperfeiçoamento de suas técnicas e

[1] Acadêmica do curso de Enfermagem da Faculdade São Paulo- FSP. br.tavres99@gmail.com
[2] Acadêmica do curso de Enfermagem da Faculdade São Paulo- FSP. nonatocristhiane@gmail.com
[3] Acadêmica do curso de Enfermagem da Faculdade São Paulo- FSP. ericaeloizarm15@gmail.com
[4] Acadêmica do curso de Enfermagem da Faculdade São Paulo- FSP. gislaine_lipke@hotmail.com
[5] Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Rondônia-UNIR. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté-UNITAU. Email: ma.benati@gmail.com

aprofundar seu conhecimento em sua área de atuação; se tornando assim um dever da equipe enfermagem buscar por meio dos métodos disponíveis pelo Ministério da Saúde seu próprio crescimento técnico-científico em seu campo de atuação.

2.REVISÃO DE LITERATURA

2.1. HISTÓRIA: EVOLUÇÃO DA ENFERMAGEM

Oguisso; Campos (2013) relatam que a enfermagem em sua origem mais remota era vista apenas como um ato realizado por meio da abnegação, em que uma pessoa, preferencialmente mulher, de caráter bondoso, dedicada e submissa as ordens do médico, prestava cuidados simples e maternais a alguém que estivesse muito doente. Após um longo processo de mudanças, a enfermagem tornou-se uma profissão multifacetada, conforme afirma Malagutti; Camargo (2011) ao expressar que atualmente nem os próprios profissionais de enfermagem conhecem todas as áreas de atuação possíveis para a sua profissão, destacando o papel de gestor, pesquisador, docente, clínico/especialista e também a competência de transplantar tecidos musculoesqueléticos.

O Conselho Regional de Enfermagem- COREN (2013) aponta que a origem da enfermagem está ligada aos fatores socioeconômicos e culturais de cada época, lugar e também ao desenvolvimento da medicina. No período pré-cristão, acreditava-se que a doença era um castigo divino ou ato demoníaco, portanto eram tratadas afim de aplacar as divindades e afastar os maus espíritos por meio de sacrifícios. No Egito, praticava-se o hipnotismo, interpretação de sonhos e receitas médicas eram acompanhadas de fórmulas religiosas. Na Índia, no século VI a.c, documentos apontam que os hindus possuíam conhecimento, ainda que superficial, sobre a anatomia humana e alguns antídotos para envenenamentos, foram os primeiros da época a citarem enfermeiros e exigir destes qualidades morais e conhecimentos científicos, contudo para eles a doença era advinda por castigo divino.

Na Assíria e Babilônia, a medicina era baseada na magia e que sete demônios causavam as doenças, sacerdotes-médicos vendiam talismãs com orações de proteção. Nos documentos assírios e babilônios não há menções sobre a enfermagem ou hospitais. Para os Gregos, Apolo, o deus sol, era o deus da saúde e medicina, sendo os sacerdotes-médicos responsáveis por cuidar dos doentes através da interpretação de sonhos, banhos, massagens, dietas e etc. Em Roma, por muito tempo os que exerciam cuidados com a saúde eram escravos ou estrangeiros.

Giovanini *et al* (2019) discorre que a partir do cristianismo, com suas ordens religiosas e sua forte motivação cristã que movia as mulheres à caridade, a prática de enfermagem começou a aparecer de forma leiga e desvinculada aos conhecimentos científicos. Desse modo, a enfermagem passou a ser ensinada a mulheres em conventos, as quais eram mantidas sob regras rígidas de moral e conduta, sendo estas principalmente virgens, viúvas, nobres e damas de grande influência na sociedade.

Por muitos séculos esse foi o modelo de enfermagem, mulheres cristãs que dedicavam sua vida aos cuidados dos enfermos a partir de técnicas de saúde caseira e populares com fortes conotações místicas, baseadas no amor e caridade cristã. Esse modelo foi tão bem aceito pela população que a abnegação, espírito de serviço, obediência e outros atributos se tornaram inerentes a enfermagem, tornando esta não uma profissão, mas sim um sacerdócio.

Entretanto, Lima (2017) declara que a enfermagem sempre existiu por meio de mulheres que iam de casa em casa, cidade por cidade, cuidando de outras mulheres, crianças, idosos, enfermos e deficientes, os cuidados realizados eram partos, ensinos sobre higiene, curativos, entre outras práticas realizadas. Com o tempo, por meio de seus cuidados desenvolveram

conhecimentos sobre as partes do corpo humano, chás e drogas. Todo o conhecimento que adquiriam eram passados de mães para filhas.

Essas mulheres eram reconhecidas como sábias pela população e no meio urbano eram alfabetizadas e tinham confiança no cuidado que prestavam diante das doenças, gravidez nascimento e morte, não se baseavam em atitudes religiosas, mas eram ativas na investigação e sua magia constituía o conhecimento da época. Para a igreja essas mulheres eram feiticeiras e seus poderes provinham do diabo. Sendo assim, no século XIII, a Igreja Católica junto com protestantes e apoiados pelas classes dominantes, iniciou um movimento de extermínio dessas mulheres e de alguns homens, durando do século XIV até século XVII. Paralelamente a estes acontecimentos os cuidados foram passando das mãos dessas mulheres para técnicos e as congregações cristãs assumiram o papel de cuidar dos enfermos.

Lopes; Santos (2010) relatam que em torno de 1830 a 1840, a liberdade religiosa permitiu a ideia de formação e profissionalização das enfermeiras, pois até então mulheres sem capacitação profissional trabalhavam ajudando nos hospitais; nesse período Florence Nightingale, uma criança de família rica, crescia nesse contexto de transformações, alfabetizada com os melhores estudos da época, obteve a partir dos anos um olhar diferente para enfermagem, acreditava que esta deveria ser ensinada com bases científicas em escolas, conseguiu a partir de seu trabalho em hospitais e principalmente na Guerra da Criméia se tornar conhecida e respeitada pelas ações de enfermagem que instituiu por meio de sua gerência e em 1860 fundou a primeira escola de enfermagem reconhecida no mundo, com professoras enfermeiras, sistematização nos cuidados e técnicas realizadas pela profissão.

Carvalho (2012) aponta que o Sistema Nightingale de Enfermagem Moderna foi o que mais contribuiu para o processo assistencial aos sadios e enfermos por se tratar de uma profissionalização baseada em estudo superior e na relevância da assistência de enfermagem, a *Reforma Modernista* de Florence Nightingale difundiu-se por todo o mundo.

No Brasil, segundo Silveira; Paiva (2011) o ensino de enfermagem foi instituído em 1890 com a criação da Escola Profissional de Enfermeiro e Enfermeiras onde as aulas eram ofertadas por médicos, que tinha como objetivo capacitar profissionais para atuação na saúde pública e segurança dos portos. Porém Nascimento; Oliveira (2006) relatam que o ensino obteve mais serventia para o avanço da medicina hospitalar do que instaurar uma assistência de enfermagem voltada para a prevenção. Estudiosos sobre o ensino da enfermagem afirmam em um consenso histórico que a profissionalização da enfermagem por meio do ensino superior só ocorreu em 1922, ano da criação da Escola do Departamento de Saúde Pública (DNSP), posteriormente nomeada de Escola de Enfermagem Ana Nery, tendo em sua formação professoras enfermeiras.

Pava; Neves (2010) contribui dizendo que as escolas que surgiram antes de 1921 formavam "auxiliares de saúde" e com a chegada das enfermeiras norte-americanas, pautadas no modelo Nighteleano, as escolas de enfermagem e a própria profissão se tornou uma ciência autônoma ao terem uma formação universitária.

Atualmente, segundo a Resolução N° 573, 31 de Janeiro de 2018 (cap. 4 art.32)

> O Curso de Graduação em Enfermagem tem carga horária mínima de 4.000 (quatro mil) horas e duração mínima de 10 (dez) períodos letivos para sua integralização curricular, conforme o disposto na Resolução CNE/CES Nº. 04, de 6 de abril de 2009, desenvolvida na modalidade presencial.

A Resolução N° 573, de 31 de Janeiro de 2018, no art. 11 dispões que o ensino de enfermagem deve ser baseado na construção de um conhecimento técnico e crítico, levando em

consideração a cultura e complexidade humana, orientando-se pelos princípios metodológicos e interdisciplinaridade do conhecimento.

2.2. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

As Políticas Públicas de Saúde são um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacional, estadual ou municipal, visando assegurar um direito a determinado serviço, ação ou programa a todos os cidadãos. No Brasil, o direto à saúde é viabilizado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) que deverá ser universal, integral e gratuito. As Políticas Públicas de Saúde têm três finalidades: sustentabilidade; equidade; resultados e qualidade do sistema (SILVA, 2012).

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), criada como uma estratégia para a formação e desenvolvimento de profissionais de saúde, foi instituída no ano de 2004 (portaria nº 198/GM/MS), pelo Ministério da Saúde, com objetivo de promover a transformação das práticas do trabalho em saúde. Esse modelo de política educacional estabelece a consolidação do SUS e a relação entre as práticas sociais de saúde e o campo de formação, fazendo com que os profissionais não apenas tenham aperfeiçoamento técnico mas o desenvolvimento de outras competências que mostrem resultado no serviço prestado à população (FRANÇA, 2016).

A Educação Permanente em Saúde (EPS) propõe a qualificação e aperfeiçoamento do processo de trabalho em saúde, orientando-se para a melhoria do acesso, qualidade e humanização na prestação de serviços e para o fortalecimento dos processos de gestão político-institucional do SUS. As políticas públicas de saúde brasileira têm desencadeado mudanças no processo de educação dos profissionais da saúde (MAGNAGO, 2018).

2.2.1. EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE VS EDUCAÇÃO CONTINUADA

Após a PNEPS ser estabelecida, as discussões acerca deste assunto se tornaram mais assíduas, entretanto esse tema vinha sendo abordado desde 1970 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) que promoveram debates sobre educação continuada como nominaram naquela época e posteriormente foi chamada pelas revistas de educação permanente; embora serem usadas a um primeiro momento para designar uma mesma situação, posteriormente foi definido que apesar de estarem interligadas, EPS e Educação Continuada em Saúde (EC) não são sinônimos (JESUS *et al,* 2011).

A EPS está relacionada com o cotidiano do trabalho em um determinado local de atuação em saúde, tudo que for abordado está ligado a situações problema que ocorreram no ambiente de trabalho, afim de superar ou melhorar a situação em questão. Desse modo a EPS promove um pensamento crítico e reflexivo da atuação profissional em um determinado local de trabalho (COSTA *et al*, 2010). Rodrigues; Vieira; Torres (2010) complementam dizendo que EPS é a transformação do processo de trabalho que visa principalmente a melhora da assistência e que deve ser efetuada de modo a manter a participação coletiva, multiprofissional e interdisciplinar, havendo assim troca de experiências, construindo novos conhecimentos.

Simões *et al*, (2013) explica que a Educação Continuada em Saúde está voltada para o aperfeiçoamento do profissional em seu campo de atuação, é uma extensão do seu conhecimento adquirido na graduação de modo a atualizar o profissional quanto a métodos e técnicas acerca de sua área de atuação, principalmente frente as mudanças tecnológicas. Falkenberg *et al* ,(2014), Montanha; Peduzzi (2010) contribuem ao relatar que a EC tem um duração definida e usa

metodologia tradicional, através de cursos, palestras e treinamentos que visam a evolução científica e tecnológica do profissional.

2.3. CÓDIGO DE ÉTICA E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM ENFERMAGEM

O Código de Ética de Enfermagem pontua que o profissional de enfermagem tem o dever de participar de programas, palestras, discussões, entre outras atividades fornecidas, que visem o desenvolvimento profissional individual e em equipe (FARAH, 2014).

A Enfermagem é uma ciência, arte e uma prática social indispensável para a organização e funcionamento dos serviços de saúde, a prática profissional exercida pela equipe de enfermagem vai além do cuidado do indivíduo doente, os profissionais da enfermagem exercem suas atividades com competência para a promoção do ser humano em sua integralidade, atuando com autonomia em suas ações de prática social e cotidiana de assistir, gerenciar, ensinar, educar e pesquisar, as quais são baseadas no conhecimento técnico- científico, nos preceitos éticos, legais e teórico-filosófico (COFEN, 2017).

Para que o profissional de enfermagem possa executar plenamente suas funções, os artigos 54 e 56 do Código de Ética de Enfermagem definem como um dever que este profissional estimule e apoie a qualificação e o aperfeiçoamento técnico-científico, ético-políticos, socioeducativos e culturais dos colaboradores de enfermagem sob sua supervisão e direção, também em benefício da pessoa, família, coletividade e desenvolvimento da profissão; ficando determinado pelo art. 115 que nos casos de infração dos artigos 54 e 56, entre outros, deverá ser aplicada a pena de advertência verbal (COFEN, 2017).

2.4. EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA NA EQUIPE DE ENFERMAGEM

A educação dos trabalhadores da saúde é instituída como EPS, sendo um dos pilares para a concepção de práticas inovadoras. É um processo contínuo, vinculado ao desenvolvimento profissional e ao crescimento pessoal. Para a descentralização e disseminação desse tipo de inovação, foram criados os Polos de Educação Permanente, financiados pelo Ministério da Saúde, cada polo é localizado em um determinado território, não podendo haver municípios sem uma referência, tendo como função estimular trabalhadores da área da saúde a identificar necessidades de formação e desenvolvimento, incentivar a formação de gestores, propor políticas, além de outras inadequações (BARTH, 2014).

A adoção da EPS por profissionais de enfermagem tem objetivado contribuir de forma positiva para as modificações das condições de trabalho atualmente enfrentadas por esses profissionais, oferecendo a população uma assistência que atenda às suas reais necessidades. É essencial que além das instituições de ensino, as instituições hospitalares também propiciem local de capacitações do profissional da área da enfermagem. Apesar desse tipo de política educacional ser de proveito para serviços hospitalares, sua maior adesão concentra-se nas redes básicas de saúde (AMESTOY, 2008).

Para a efetivação dessa ferramenta, é necessário buscar o conhecimento a partir das necessidades do cotidiano de trabalho dos profissionais, do mesmo modo que a educação em saúde, sendo construída por meio da problematização da realidade local. O enfermeiro deve deixar de lado o padrão de ensino tradicional, buscando o saber como uma fonte de aprendizado inacabado, estando preparado para executar suas práticas de conhecimento em qualquer ocasião ou cenário (BARTH, 2014).

A EC, que funciona por período determinado de tempo, é realizada a partir do levantamento das necessidades sentidas pelas equipes de enfermagem, adequando funções para melhor eficiência de trabalho e competência profissional. A Organização Mundial de Saúde

reconhece a EC como essencial para a qualidade da assistência à saúde, auxiliando no desenvolvimento dos recursos humanos e melhorando o seu desempenho. A enfermagem enfrenta contínuas transformações, dessa forma levando o profissional enfermeiro a buscar ampliar seus conhecimentos para que os mesmos possam construir sua realidade, articulando teoria e prática (SILVA, 2009).

Além de oportunidades de aprendizagem e aprimoramento técnico, a EC proporciona troca de experiência entre setores e colegas de trabalho e consequentemente a melhoria do atendimento, buscando a qualidade da assistência prestada, a competência e dedicação dos enfermeiros e a valorização do profissional como fator de motivação para a equipe (SILVA, 2009).

2.4.1. RESPONSABILIDADE DE QUEM?

A EPS e EC podem motivar a transformação pessoal do profissional enfermeiro, buscando minimizar dificuldades existentes na realidade da unidade de ensino. Para Souza (2010) o enfermeiro deve ser o responsável pela educação de sua equipe por estar envolvido com a gerência da assistência, sendo possível a ele perceber quais as necessidades precisam ser modificadas através do treinamento em serviço. Porém, de acordo com Paschoal (2007) o profissional deve ser responsável de sua própria educação, isto implica em uma busca contínua na construção do seu saber, procurando meios que o levem ao crescimento e aperfeiçoamento de sua capacidade técnica.

2.4.2. COMO OCORRE NA PRÁTICA

Um estudo exploratório realizado por Costa *et al*, (2010) relata que as ações de EPS são realizadas na própria unidade de saúde por meio de debates realizados em sala de reunião, consultório médico ou um local que seja possível realizar um diálogo, quando realizada pela Instituição a EPS acontece em lugares fora da local de atuação, como o Centro de Eventos, universidade, Centro de Atenção Psicossocial entre outros.

Pesquisas realizadas por Koerich (2016) indicam que a falta de compromisso dos profissionais de enfermagem pelo aprendizado, os conflitos interpessoais e dificuldades de interação com a equipe são fatores que prejudicam a gestão das práticas de educação permanente e a melhoria da qualidade da assistência.

2.4.3 MÉTODOS DE ENSINO À DISTÂNCIA E A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM ENFERMAGEM

É inquestionável o fato de que tem ocorrido mudanças constantes no setor da saúde, tanto na atualização dos métodos e técnicas como na área tecnológica. Para garantir a continuidade de um serviço de qualidade os profissionais da saúde precisam construir uma conduta crítico-reflexiva capaz de tomar decisões baseadas em conhecimentos de sua área de atuação; sendo assim os profissionais enfrentam muitos desafios ao se verem perante essas transformações pois eles também tem a responsabilidade de desenvolverem suas habilidades e competências referentes a sua profissão (SILVA *et al,* 2015).

Contudo os avanços tecnológicos tem proporcionado também oportunidades de acesso à informação e nesse contesto surge a Educação a Distância (EAD) caracterizada como uma modalidade da educação que utiliza tecnologias de informação e comunicação com professores e alunos desenvolvendo atividades educativas em tempo e lugares distintos, proporcionando ao

discente horários e quantidade de tempo de acordo com sua capacidade de aprendizado e disponibilidade para executar os estudos (ROJO *et al*, 2011).

Tavares (2017) pontua que os enfermeiros tem criado plataformas virtuais de aprendizado, cursos onlines, websites, softwares educacionais, entre outros meios de compartilhar os conhecimentos e atualizações disponíveis na área da enfermagem; a EAD pode ser utilizada na graduação mas ela tem exercido um papel fundamental na educação permanente das instituições de saúde com o objetivo de aprimorar a assistência de enfermagem. Rosa (2016) contribui dizendo que a EAD tem se mostrado uma maneira eficaz no desenvolvimento dos profissionais de enfermagem proporcionando flexibilidade de tempo e interferindo menos na rotina de trabalho, pois estes por muitas vezes enfrentam uma extensa jornada de trabalho chegando a atuar em diversos hospitais.

Sendo assim existe algumas instituições que ofertam cursos online de pós-graduação e capacitação online, como a Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (EaD/Ensp) que foi fundada com o intuito de oferecer formação e qualificação de alto nível aos profissionais de forma integrada a sua área de atuação, dentre as áreas que possuem cursos ofertados estão: Gestão e atenção à saúde; Promoção da saúde e desenvolvimento social; Vigilância em saúde; Avaliação de saúde; e subáreas: Gestão da Atenção Básica, Gestão Hospitalar e Gestão de Sistemas. Vale ressaltar que alguns cursos ofertados pela Ensp são pagos e outros gratuitos (ROSA, 2016).

O Portal Educação também é um ambiente virtual criado para proporcionar à diversas áreas de atuação cursos de capacitação e pós-graduação reconhecidos pelo MEC, dos cursos ofertados cerca de 90 são da área de enfermagem, o custo dos cursos são relativamente baixos variando de 50,00 R$ a 415,00 R$ (ROSA, 2016).

Em 2010 o Ministério da Saúde criou o Sistema de Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) afim de atender as necessidades de capacitação e educação permanente dos profissionais da saúde que atuam no SUS, todos os cursos ofertados são gratuitos e por meio da EAD, para facilitar o acesso dos profissionais. Os cursos são escolhidos em consonância com a necessidade da população e trazem especificidades de cada público, além de buscar solução para os problemas de saúde pública (UNASUS, ?).

Outra plataforma de EAD criada pelo Ministério da Saúde é o Ambiente Virtual de Aprendizado do SUS (AVASUS) que possui a missão promover conhecimento integrado e acessível em educação para a saúde, os cursos e os módulos são elaborados de acordo com as necessidades do SUS para qualificar a formação dos profissionais da área da saúde (AVASUS, 2020).

O Instituto Latino Americano de Sepse (ILAS) foi criado a partir da necessidade de se elaborar uma sistematização de métodos e técnicas para evitar mortes por choque séptico dentro dos hospitais; O ILAS também criou uma plataforma onde disponibiliza cursos onlines gratuitos de capacitação e atualização sobre as técnicas utilizadas na prevenção do choque séptico (ILAS, 2019).

3.METODOLOGIA

O estudo é caraterizado pela revisão de literatura exploratória e descritiva. O autor Bento (2012) conceitua revisão de literatura como uma parte vital do processo de investigação para a elaboração de trabalhos científicos, caracterizada por localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia de revistas científicas, livros, etc, relacionada a área de estudo.

O autor Munaretto (2013) relata que a pesquisa exploratória é usada quando há pouco conhecimento sobre o assunto e requer do pesquisador um conhecimento mais aprofundado por

meio de uma pesquisa de campo; dessa maneira a pesquisa exploratória irá descobrir informações iniciais sobre a realidade que se necessita conhecer, tendo como objetivo aprimoramento de ideias ou a confirmação de intuições.

Para a presente revisão de literatura, utilizou-se artigos disponíveis em conceituadas plataformas de pesquisa científica como Google Acadêmico e Scielo com trabalhos que contemplem o objetivo no período de 2006 a 2018.

Para melhor compreensão dos resultados foram discutidos contrapondo as visões dos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a enfermagem passou por diversos desafios e esteve em constante evolução, uma profissão que vem se fortalecendo cada vez mais, tornando-se independente em sua atuação; é notável o desenvolvimento desta ciência, o que antes era visto apenas como um conhecimento superficial tornou-se uma das profissões essenciais para o cuidado e fortalecimento da saúde da população.

Contudo, com os avanços tecnológicos ocorrem novas descobertas rapidamente, principalmente no campo da saúde, em que técnicas são desenvolvidas, novos medicamentos, novos conhecimentos acerca do processo saúde-doença entre outros; e nesse contexto os profissionais de saúde, sobretudo os da equipe de enfermagem precisam ser continuamente capacitados, especialmente por ser uma área do conhecimento que desde os primórdios buscou ser reconhecida como um campo de atuação profissional científica.

O profissional enfermeiro possui diversos meios para alcançar essa educação permanente, após o Ministério da Saúde instaurar a PNEPS, foram criados polos para ajudarem as organizações de saúde a capacitarem os profissionais; todavia não é uma condição apenas do Ministério da Saúde, os profissionais de enfermagem tem o dever de procurar o próprio aperfeiçoamento em seu campo de atuação e para isso existem as plataformas on line em que estes tem o livre acesso, no dia e hora em que lhe for cabível; Sendo assim, os profissionais da equipe de enfermagem são responsáveis em desenvolver seu próprio conhecimento técnico e científico de sua profissão.

REFERÊNCIAS

1. AZEVEDO, I. C., dos Santos Silva, G. W., Vale, L. D., Santos, Q. G., do Nascimento Cassiano, A., de Morais, I. F., & Valença, C. N. (2015). **Educação continuada em enfermagem no âmbito da educação permanente em saúde: revisão integrativa de literatura**. *Saúde e Pesquisa*, *8*(1), 131-140. Acesso em 09/03/2020.

2. BEZERRA, Ana Lúcia Queiroz et al. **O processo de educação continuada na visão de enfermeiros de um hospital universitário**. 2012. Acesso em 14/03/2020.

3. BEZERRA, Felipa Daiana et al. **Motivação da equipe e estratégias motivacionais adotadas pelo enfermeiro. Revista Brasileira de Enfermagem,** v. 63, n. 1, p. 33-37, 2010. Acesso em 09/03/2020.

4. BROCA, Priscilla Valladares; FERREIRA, Márcia de Assunção. **Equipe de enfermagem e comunicação: contribuições para o cuidado de enfermagem**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 65, n. 1, p. 97-103, 2012. Acesso em 09/03/2020.

5. CARVALHO, Vilma de. **Sobre a Associação Brasileira de enfermagem-85 anos de história: pontuais avanços e conquistas, contribuições marcantes, e desafios.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 65, n. 2, p. 207-214, 2012. Acesso em 12/03/2020.

6. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, **Resolução Cofen Nº 564/2017**. Dísponível em: <http://www.coren-pe.gov.br/novo/origem-da-enfermagem>. Acesso em 05/04/2020.

7. DA COSTA, Valdecir Zavarese et al. **Educação permanente no Programa Saúde da Família: um estudo qualitativo**. **Investigación y Educación en Enfermería**, v. 28, n. 3, p. 336-344, 2010. Acesso em 20/04/2020.

8. DA SILVA, Milena Froes; DA CONCEIÇÃO, Fabiana Alves; LEITE, Maria Madalena Januário. **Educação continuada: um levantamento de necessidades da equipe de enfermagem**. Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde, v. 34, n. 1, 2009. Acesso em 15/05/2020.

9. DE OLIVEIRA CAMILLO, Simone; MAIORINO, Fabiana Tavolaro. **A importância da escuta no cuidado de enfermagem**. **Cogitare Enfermagem**, v. 17, n. 3, 2012. Acesso em 09/03/2020.

10. DO NASCIMENTO, Maria Elisa Brum; DE OLIVEIRA, Drª Maria Cecília Marins. **Caminhos e desafios da enfermagem no Brasil**. 2006. Acesso em 15/05/2020.

12. FALKENBERG, Mirian Benites et al**. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 847-852, 2014. Acesso em 02/06/2020.

13. FARAH, Drª Beatriz Francisco. Educação continuada/permanente, avaliação de desempenho, processo demissional. **Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Enfermagem. Departamento de Enfermagem Básica–EBA. Disciplina: Administração de Enfermagem II**, 2014. Acesso em 10/05/2020.

14. JESUS, Maria Cristina Pinto de et al. **Educação permanente em enfermagem em um hospital universitário**. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1229-1236, 2011. Acesso em 02/04/2020.

15. KOERICH, Cintia; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. **Gerenciando práticas educativas para o cuidado de enfermagem qualificado em cardiologia**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 69, n. 5, p. 872-880, 2016. Acesso em 15/05/2020.

16. LOPES, Lúcia Marlene Macário; SANTOS, Sandra Maria Pereira dos. **Florence Nightingale: apontamentos sobre a fundadora da enfermagem moderna. Revista de Enfermagem Referência**, n. 2, p. 181-189, 2010. Acesso em 14/04/2020.

17. MALAGUTTI, William; DE MIRANDA, Sonia Maria Rezende Camargo. **Os caminhos da enfermagem: de Florence à globalização. Enfermagem em Foco**, v. 2, n. SUP, p. 85-88, 2011. Acesso em 14/05/2020.

18. MARCELO, Ricardo Rosa. EDUCAÇÃO CONTINUADA EM ENFERMAGEM ATRAVÉS DA EaD (EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA) VIA WEB. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, v. 16, n. 1 e 2, 2016. Acesso em 10/05/2020.

19. MONTANHA, Dionize; PEDUZZI, Marina. Educação permanente em enfermagem: levantamento de necessidades e resultados esperados segundo a concepção dos

trabalhadores. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 3, p. 597-604, 2010. Acesso em 15/05/2020.

20. OGUISSO, Taka; DE SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando. Por que e para que estudar história da enfermagem?. **Enfermagem em Foco**, v. 4, n. 1, p. 49-53, 2013. Acesso em 13/05/2020.

21. PAVA, Andrea Macêdo; NEVES, Eduardo Borba. A arte de ensinar enfermagem: uma história de sucesso. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 1, p. 145-151, 2011. 25/05/2020.

22. RODRIGUES, Andreia Cristinha Seabra; VIEIRA, Gisele de Lacerda Chaves; TORRES, Heloisa de Carvalho. A proposta da educação permanente em saúde na atualização da equipe de saúde em diabetes mellitus. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 2, p. 531-537, 2010. Acesso em 10/05/2020.

23. ROJO, Priscila Tagliaferro et al. Panorama da educação à distância em enfermagem no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 6, p. 1476-1480, 2011. Acesso em 25/05/2020.

24. SILVA, Mariana Vieira da« Políticas públicas de saúde: tendências recentes », ***Sociologia, Problemas e Práticas*** [Online], 69 | 2012, posto online no dia 12 novembro 2012, URL: http://journals.openedition.org/spp/906. Acesso em 10/05/2020.

25. SILVA, Adriane das Neves et al. **Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa**. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 1099-1107, 2015. Acesso em 13/05/2020.

26. SILVA, Lucia Marta Giunta da; GUTIÉRREZ, Maria Gaby Rivero de; DOMENICO, Edvane Birelo Lopes De. **Ambiente virtual de aprendizagem na educação continuada em enfermagem.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 23, n. 5, p. 701-704, 2010. Acesso em 10/05/2020.

27. SIMÕES, Thayane Roberto et al. **Educação continuada: concepção de enfermeiros em hospital filantrópico de alta complexidade. Revista Enfermagem UERJ**, v. 21, n. 5, p. 642-647, 2013. 25/05/2020.

28. TAVARES, Ana Paula Cardoso et al. Análise das publicações nacionais sobre educação a distância em enfermagem: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 214-222, 2018. Acesso em 10/05/2020.